

Do método comparativo em História, discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas*

The Comparative Method in History, Opening Speech at the 5th International Congress of Historical Sciences

Henri Pirenne

Vossas Majestades,
Vossas Altezas,
Senhoras e Senhores,

308

Há dez anos, praticamente nesta mesma data, reunia-se em Londres o *IV Congrès International d'Histoire*. Muitos dentre vocês assistiram a ele; e conservam, sem nenhuma dúvida, a viva lembrança desses belos dias que tanto o interesse científico como o encanto da maior e mais cordial hospitalidade tornaram inesquecíveis. No entanto, a atmosfera política era pesada, como carregada de tormenta. Podia-se entrever nas últimas palavras do belo discurso do saudoso James Bryce,¹ lido na reunião de abertura, a expressão de uma angústia contida. Era um apelo comovente à concórdia dos povos: concórdia possível, uma vez que se funda na constatação de sua solidariedade histórica; concórdia indispensável, se for verdade que a guerra é o maior flagelo da humanidade. Mas quem poderia prever naquele momento a iminência de uma catástrofe? Nós não nos separamos sem antes termos decidido nos reencontrar em São Petersburgo em 1917.²

/2/ Oxalá! Em 1917, a civilização, já havia três anos, atravessava a crise mais terrível pela qual jamais passara. Todas as energias se direcionavam para a luta. Foi dito que um mundo novo se engendrava no heroísmo, no horror e nas lágrimas. Todas as previsões eram malogradas, todas as esperanças, frustradas, todos os hábitos e todas as tradições, desordenados. Essa Rússia, onde deveríamos nos reunir, fora abalada por uma revolução formidável; São

*PIRENNE, Henri. De la méthode comparative en histoire, discours d'ouverture du cinquième Congrès International des Sciences Historiques. In: DES MAREZ, G.; GANSHOF, F. L. *Compte-rendu du cinquième Congrès international des Sciences historique*. Bruxelles: M. Weissenbruch, 1923. Texto disponível em: http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a12929_000_f.pdf. Tradução de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Andréa Reis Ferreira Torres.

¹ Nota das tradutoras: James Bryce, historiador inglês que presidiu o IV Congrès International Des Sciences Historiques, realizado em 1913, em Londres. Morreu em 1922. Sobre Bryce, ver SEAMAN 2006. Sobre o evento, ver HÜBINGER; PICTH; DABROWSKA 2010.

² Nota das tradutoras: A realização do V Congrès International Des Sciences Historiques estava prevista para o ano de 1917, em São Petersburgo. Após a guerra, quando se retomou o projeto de organizar o congresso, decidiu-se por realizar o encontro em Bruxelas. Cf. <http://www.cish.org/presentation/50-ans-histoire.htm>, página web oficial do Comité International des Sciences Historiques.

Petersburgo tornara-se Petrogrado. Este palácio onde estamos reunidos hoje e que, durante tanto tempo, abrigou os trabalhos pacíficos de uma academia, fora ocupado por um hospital de campanha alemão. Os senhores mesmos, arrancados de vossos estudos, empunharam as armas, ou, militarizados a serviço de vossas pátrias, deram-lhes o apoio de vossa ciência e de vosso talento, a menos que, como aquele que vos fala, estivésseis impedidos pela prisão ou pela deportação. A paz foi feita, mas ela não devolveu ao mundo nem a segurança nem a serenidade. Que problemas ficaram por resolver! Que angústia moral nas consciências! Que confusão intelectual nos espíritos! Que grave perturbação do equilíbrio social e do equilíbrio econômico!

Em meio a tais circunstâncias deploráveis, a continuação da vida científica é um sintoma encorajador. Dizimados pela guerra, empobrecidos pelo aumento de todos os preços, miseráveis pela insuficiência dos recursos que os governos são forçados a destinar muito frequentemente aos laboratórios e às bibliotecas, ainda mais frequentemente a alma ferida pelas mais cruéis lamentações, pesquisadores e professores retomaram sem hesitar seus trabalhos ou suas aulas. Em todas as ciências e em todos os países, a atividade de estudiosos testemunha uma energia sustentada pelo mais elevado ideal. A reunião deste Congresso dá uma prova significativa disso.

Os congressos internacionais de história são sem dúvida uma das manifestações mais características da universalidade da ciência, pois eles atestam, de maneira particularmente impressionante, esse distanciamento de todas as contingências às quais conduziu necessariamente a pesquisa da verdade. Para o matemático /3/, para o astrônomo, para o físico ou o químico, esse distanciamento se compreende sem esforço. É bem mais difícil para o historiador. O historiador, com efeito, não se encontra cara a cara com o objeto de seus estudos, na mesma situação do naturalista, que está cara a cara com a natureza. Sua personalidade está, por assim dizer, em jogo. Como, se ele estuda a história de seu país, poderá esquecer que esse país é sua pátria; se é a história de sua religião, que ela é a fonte de sua crença; se é a história de seu partido, que esse partido tem direito à sua fidelidade!

Para chegar à objetividade, à imparcialidade sem a qual não há ciência, ele deve, por conseguinte, comprimir em si mesmo e superar seus preconceitos mais profundos, suas convicções mais assentadas, seus sentimentos mais naturais e mais respeitáveis. Pode ser impossível para ele chegar a uma tal renúncia. Mas ele tenta, pois sabe que é somente a esse preço que ele merecerá a ciência. Ele pode ou, pelo menos, ele deve, custe o que lhe custar, dizer com Pasteur: "Não há aqui nem religião, nem filosofia, nem ateísmo, nem materialismo, nem espiritualismo que se sustente. Eu poderia mesmo acrescentar: como estudioso, pouco me importa. É uma questão de fato, e eu a abordei sem ideia preconcebida; eu não posso fazer mais que me inclinar diante da experiência, qualquer que seja sua resposta".

Pois bem, não é dessa concepção da ciência que tratam os congressos internacionais de história? Ela não lhes atende inteiramente; a eles a quem convém estudar no mesmo espírito, segundo o mesmo método, sem pesquisar

outra coisa que a verdade, todos os historiadores, indistintamente, seja qual for seu país, sua nacionalidade, suas confissões religiosas? Eles não afirmam esta verdade, banal sem dúvida, mas de uma aplicação tão difícil, que a ciência não possui pátria? Eles não são a homenagem mais brilhante prestada a esse distanciamento necessário de que eu tanto falo? Aí está o porquê de tais reuniões serem salutares e também o porquê de quando, em 1921, a Royal Historical Society de Londres ofereceu aos historiadores belgas reunir em Bruxelas o V Congresso Internacional /4/ das Ciências Históricas, eles aceitaram com alegria uma tão bela missão.

Eles aceitaram-na com alegria, mas também com gratidão. Pois sabiam bem que a proposta que lhes havia sido feita se explicava, sobretudo, por essa simpatia por seu país; que, depois da guerra, tem recebido muitas provas disso. E deixem-me em primeiro lugar, senhores, agradecer-vos em seu nome com a mais profunda gratidão.

Vocês não encontrarão aqui a suntuosidade que marcou os congressos anteriores. A época que vivemos não permite, nem, sobretudo, a situação na qual se encontra ainda a Bélgica – sem falar de suas mudanças. Mas o que vocês encontrarão será a mais amigável recepção e também, estejam certos, o estado de espírito que todos, eu tenho certeza, desejam encontrar.

310

Para se mostrarem dignos da confiança que foi posta neles, os historiadores belgas se esforçaram para reestabelecer a gloriosa tradição da qual eram momentaneamente depositários. Eles desejam que este Congresso pós-guerra seja, o quanto possível, a contrapartida de seus predecessores de Paris, de Roma, de Berlim e de Londres. Literalmente, eles o querem internacional; eles convidaram, sem excluir ninguém, todos os Estados admitidos na Liga das Nações.³ O pensamento que presidiu sua organização foi esse pensamento de imparcialidade científica do qual eu falava agora há pouco. Eles não negligenciaram nada para que o ar que vocês respiram aqui seja o ar das alturas, o único que convém à ciência.

Vocês não encontrarão aqui, dizia eu, o espírito do pós-guerra, mas esperem talvez aquele que, com a abertura desta reunião, parece ser útil para dar uma olhada sobre certas consequências, sobre certas lições que, talvez, os historiadores podem tirar da guerra. Semelhante preocupação pareceria supérflua, sem dúvida, se uma das características precisas de nossa ciência não fosse o alargamento contínuo de seu objeto na duração. À medida que o tempo transcorre, seu domínio aumenta. Foi menos extenso ontem do que é hoje, e todo novo /5/ fato que a sucessão ininterrupta dos eventos nos traz é para nós análogo àquilo que é, para o cientista, a descoberta de um novo fenômeno da natureza. Ora, a importância desses fatos é eminentemente variável. Existem aqueles que são tão consideráveis, tão pesados, se podemos assim dizer, de significação, tão contrários à nossa expectativa, tão incompatíveis com nossas

³ Nota das tradutoras: Pirenne se refere aqui à *Société des Nations*, criada pelo Tratado de Versalhes em 1919. Destaca-se, aqui, o uso da retórica para realçar o caráter internacional do evento sem entrar em contradição com a exclusão dos historiadores alemães e austríacos: seus países não faziam parte da sociedade em questão.

previsões ou nossas hipóteses que nos forçam a submeter à crítica as teorias ou métodos que eles confundem. A convulsão pela qual o mundo passou foi para os historiadores como um cataclismo cósmico é para um geólogo. A sociedade foi tão profundamente perturbada que se revelou sob novos aspectos, apresentou problemas inesperados e demonstrou a insuficiência de boas soluções. Mesmo do ponto de vista da técnica de nossa ciência, que questões não lhe foram levantadas! Bastará mencionar aqui aquelas que concernem à autenticidade, à interpretação e à conservação dessa infinidade de documentos escritos ou figurados que recolheram de toda parte os arquivos e museus da guerra. Nós consagramos a eles uma sessão especial do Congresso, e não pretendo antecipar aqui seus trabalhos. Eu gostaria apenas de lhes propor algumas reflexões de ordem totalmente geral no tocante a certos ensinamentos que me parecem resultar dos eventos dos quais nós fomos testemunhas.

Durante todo o curso da guerra, os beligerantes requisitaram particularmente duas ciências: a história e a química. Esta lhes forneceu os explosivos e o gás; aquela, os pretextos, as justificativas ou as desculpas. Mas seus destinos foram bem diferentes. A necessidade imposta à química não contrariou sua natureza: ela pôde, a serviço dos exércitos, fazer preciosas descobertas. A história, ao contrário, ao se lançar à arena, perdeu muito daquilo em que consiste a sua própria essência: a crítica e a imparcialidade. Ela se deixou levar pela paixão, defendendo teses, não se preocupando mais em compreender e se subordinando aos militares /6/ e aos políticos.⁴ Nisso, aliás, nada há de surpreendente. Em todas as épocas, os príncipes pretenderam colocá-la a serviço de sua ambição ou de seus apetites. Ela não fez em nossos dias mais do que já fazia nos séculos XVII e XVIII, quando fornecia aos reis, a um Luís XIV, por exemplo, ou a um Frederico II, razões suficientes para atacar seus vizinhos. Mas nossos Estados nacionais lhe impuseram uma tarefa muito mais pesada do que aquela com a qual foi carregada pelos Estados absolutistas do Antigo Regime. Já não era mais para ela agir sobre alguns diplomatas: ela deveria convencer da justiça de sua causa essas multidões de cidadãos que votam e que combatem. Já não lhe satisfazia, como antes, interpretar as genealogias principescas e discutir os tratados: ela devia sustentar a coragem e a convicção dos povos evocando todo o passado em benefício da guerra, mostrando-lhes, entre seus adversários, os inimigos naturais e hereditários, retratando-os como se tivessem estado sempre em luta desde os tempos mais recuados, como se a grandeza de uns resultasse necessariamente na escravização de outros, como se, enfim, sua civilização só pertencesse a eles próprios, fosse a manifestação exclusiva de seu gênio, a criação original de seu espírito, e como se sua própria existência estivesse em jogo na luta.

⁴ Nota do autor: Não preciso esclarecer que falo em geral. Existiram admiráveis exceções. Aqui como em outros lugares, eu só procurei caracterizar a tendência dominante da história durante a guerra. Estou de longe convencido de que as deformações que ela sofreu não passam de reflexos inconscientes provocados pela excitação sentimental. Quando eu falo da falta de imparcialidade, eu não pretendo somente falar de uma falta de imparcialidade desejada. Certas pessoas, é verdade, tornaram-se culpadas de uma alteração intencional da verdade, mas essas pessoas não merecem de forma alguma o nome de historiadores, e essa não é a questão aqui.

Essa exasperação não se explica somente pelo entusiasmo ou a angústia patrióticos. Deve-se também procurar a sua causa em uma teoria singularmente própria que a promoveu ao justificá-la, ou seja, em uma teoria das raças. Ela não dava, com efeito, uma base científica aos excessos do nacionalismo? Não encontrava, dentro da diferenciação física, a origem da diferenciação moral e intelectual? Não fornecia /7/ a prova da diversidade qualitativa dos povos e não deduzia dessa diversidade, desejada pela natureza, a necessidade, a fatalidade da guerra, que devia submeter o mais fraco ao mais forte? Ora, dessa doutrina, a própria guerra parece ter provado a inanidade. Ela mostrou, com efeito, povos da mesma raça se insurgindo uns contra os outros. Ela forneceu a prova de que o que une os homens não é a semelhança de características etnográficas, nem a familiaridade das línguas, mas a vontade coletiva de se dedicar até a morte à defesa de um mesmo ideal ou de interesses idênticos. Dizia-se que os governos e as formas políticas partem da raça e que o absolutismo, por exemplo, tinha sido implantado por ela no coração dos sujeitos. Vimos, contudo, as nações nas quais isso era pretensamente inato, rejeitar com horror. Em suma, em todos os domínios, os fatos refutaram a teoria, e é necessário, sem dúvida, alegrar-se com isso, pois ela era tão perniciosa quanto errônea.

312

Perniciosa, ela não o era menos, aliás, tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista moral. Pois ela se coloca em oposição flagrante com o próprio princípio da pesquisa científica. Ao invés de escrutinar pacientemente os fatos para descobrir neles mesmos sua significação, ela os submete arbitrariamente ao dogma que professa. Ela possui previamente a solução dos problemas a resolver. Nada de mais cômodo que invocar o jargão da raça: ele permite tudo explicar sem nada compreender.

O verdadeiro método não consistiria em proceder justamente ao contrário? Ou seja, em não recorrer ao fator da raça exceto quando todas as outras tentativas de interpretação tiverem falhado, forçando assim seu uso. Percebemos agora como ele é decepcionante. Nenhum dos povos que conhecemos, nem mesmo um, com efeito, é de raça pura; todos são produto de uma mistura de populações diversas cuja dosagem e mesmo a composição exata nos escapa. Como se reconhecer, então, no seio de tal complexidade e se diferenciar em meio a esse caos? Mas é mais evidente ainda que muito frequentemente é agradável /8/ reconhecer a ação da raça nos fenômenos que a análise crítica revela como simples fenômenos sociais. As condições geográficas, as condições econômicas, um monte de outras circunstâncias também influenciam o desenvolvimento dos povos, acelerando-o em certos países e retardando-o em outros. Disso resulta que na mesma *data* os diversos povos pertencem, contudo, a diferentes *épocas* do desenvolvimento geral, porque em todos eles o tempo não passa, se podemos assim dizer, com a mesma rapidez. O período que chamamos de Idade Média não é bem mais prolongado em certos países que em outros? Então, não convém, antes de julgar a originalidade de uma instituição, por exemplo, ou de um costume, perguntar-se se, ao invés de prestar apressadamente homenagens ao pretenso gênio nacional, não é necessário considerá-lo simplesmente como uma sobrevivência ou um arcaísmo? Grandes progressos já foram realizados

nesse sentido. Nós sabemos hoje, graças à etnografia comparada, que a constituição política e o direito das sociedades primitivas apresentavam, em geral, o mesmo espetáculo. Não é mais possível reivindicar, nem para os gregos nem para os romanos, celtas, germanos ou eslavos, um lugar à parte e privilegiado, fora do comum à humanidade. Em toda parte, em seus traços essenciais, o desenvolvimento geral é da mesma natureza e passa por fases análogas. Sem dúvida, essa semelhança não abrange a identidade. Destacam-se nos detalhes diferenças inumeráveis. A maior parte delas é evidentemente resultado do ambiente. Um povo bárbaro vizinho de povos mais avançados não apresentará a mesma fisionomia que um povo bárbaro cercado por outros bárbaros. O clima, o relevo do solo, sua fertilidade, sua proximidade ou sua distância do mar também exerceram sua ação e, pouco a pouco, definiram e precisaram, progressivamente, os tipos nacionais. O que se deve atribuir à raça em última análise, o que é isso, senão aquilo que permanece de outra forma inexplicável. E isso significa que invocar a raça é uma maneira de afirmar nossa ignorância, e que, valendo-se do bom método, seria mais sábio admitir isso que pretender resolver o desconhecido pelo desconhecido.

/9/ Eu não ignoro a objeção que se pode levantar aqui. Muitos historiadores sustentarão que esses tipos nacionais são precisamente aquilo que chamam de raça, lentamente emergidos de origens comuns, mas que, uma vez formados, ficam dotados de uma individualidade própria, não se desenvolvendo mais do que em conformidade com eles mesmos e segundo as leis de sua natureza particular. Em que medida se deve acreditar nessa identificação entre a raça e a nacionalidade? A literatura de guerra, no que concerne à história, aceitou-a quase sem exceção. Permitam que eu me delongue por um instante quanto a esse ponto.

Certamente seria pueril negar que as nações modernas apresentam, mesmo para quem as observa superficialmente, diferenças tão marcadas que podem levar à contradição. Sua arte, sua literatura, suas instituições, sua constituição social nos oferecem as nuances mais diversas e nos falam da alma, do gênio e da individualidade dos povos como se os povos fossem, com efeito, indivíduos. Que realidade se esconde, então, por trás dessas metáforas e em qual medida um povo é comparável a uma pessoa? Aí está seguramente, caso se trate de um homem da ciência, uma das principais questões que podem ser postas ao historiador.

Eu constatava há pouco os serviços notáveis que o método comparativo prestou ao conhecimento das civilizações primitivas. Ora, esse método, nós renunciamos a empregá-lo a partir do momento em que abordamos o estudo de civilizações mais avançadas. Por quê? Eu procuro o motivo sem encontrá-lo. Pode-se dizer que a sociologia se oferece aqui ao historiador e lhe permite desvendar, sob a diversidade dos desenvolvimentos nacionais, as características comuns do desenvolvimento geral. Certamente, ninguém negará que a sociologia oferece ao historiador um precioso suporte. Mas ainda é preciso observar bem que ela não nos fornece muito mais que hipóteses – hipóteses úteis, sugestivas e fecundas, eu continuo de acordo, mas muito flutuantes e muito provisórias para que se possa construir algo sobre elas.

A sociologia é uma ciência aparentada à história, mas /10/ não se confunde mais com ela do que a história econômica, por exemplo, confunde-se com a economia política ou a história do direito, com o direito. Ela pode indicar ao historiador os pontos de vista, mas não pode lhe impor seu método.

Temos, então, se quisermos compreender as *originalidades* e as *identidades nacionais*, um só procedimento que nos é oferecido: aquele da comparação. Por ele, com efeito, e somente por ele, podemos alcançar o *conhecimento científico*. Não teremos sucesso nunca caso nos confinemos dentro dos limites da história nacional.

Não é necessário dizer que eu não pretendo falar aqui do trabalho de erudição. A paleografia, a diplomática, a epigrafia, a numismática, a edição e crítica de fontes, em suma, a prática desse ofício delicado e apaixonante graças ao qual a história descobre, lapida e conduz arduamente as suas matérias, requer uma técnica que é, literalmente, uma técnica científica, e sem a qual a história, aliás, não seria mais do que um gênero literário. Quando falo de *conhecimento científico*, estou considerando apenas a construção histórica; eu não penso na crítica da elaboração, mas na crítica da síntese.⁵ E é no que se refere a ela, e somente a ela, que não posso deixar de destacar a insuficiência e o perigo do método que consiste em tratar a história de um povo do ponto de vista desse próprio povo, a dispô-la e organizá-la como se ela existisse somente por si mesma, como se ela fosse outra coisa que não uma simples manifestação local da história universal. Seria desrespeitoso dizer que acontece muito frequentemente de o historiador se conduzir no que concerne à sua nação como o arquiteto no que concerne aos seus clientes? Ele procura, antes de tudo, fornecer a eles uma história conforme seus gostos e costumes, ou seja, uma história habitável. Mas a história, a partir do momento em que reivindica o nome de ciência, não se ocupa da prática, mas sim da verdade. E como é possível descobrir a verdade a não ser voltando o olhar para ela?

314

/11/ Não existe ciência a não ser do geral, e, para compreender a história de um povo, é, portanto, necessário não somente situá-lo no lugar que ele ocupa dentro do conjunto dos outros povos, mas também não perder esse conjunto de vista enquanto o estudamos. Esse é o único modo de escapar às miragens da imaginação, às ilusões da sensibilidade, às influências do patriotismo. Os antigos biógrafos não consideraram em seus heróis nada além de eles mesmos e atribuíram todas as suas ações ao seu caráter ou ao seu gênio. Nós voltamos a eles, isto é, àqueles que hoje procuram discernir em um grande homem aquilo que é decorrente de seu meio. A história, é necessário admitir, cai ainda muito frequentemente no erro desses antigos biógrafos. Ela considera os povos como indivíduos isolados. Ela fala sobre eles muitas vezes como se cada um deles fosse o único de sua espécie no mundo e como se a civilização fosse um fenômeno de geração espontânea. Pelo menos, ela se esforça por reduzir ao mínimo o que deve aos seus vizinhos, como se fosse uma falha pertencer à humanidade.

⁵ Nota do autor: Sabe-se que é desta crítica da síntese que se ocupa há muitos anos a excelente *Revue de synthèse historique*, dirigida por M. H. Berr. Nota das tradutoras: A *Revue de synthèse historique* foi fundada em 1900 com o objetivo de integrar a história às ciências sociais.

Não é evidente que esse ponto de vista, que chamarei, por falta de nome melhor, de ponto de vista "etnocêntrico", é o que mais se opõe à ciência? As ciências naturais nos mostram aqui o caminho a seguir. Seu objeto é toda a natureza. Por que o da história não é toda a história?

Seria vão argumentar que é impossível um único homem conhecer toda a história. Um físico ou um químico podem conhecer não somente toda a natureza, mas mesmo toda a física ou toda a química? Cada um deles é obrigado a não explorar mais que uma face de seu imenso domínio e, como se diz, especializar-se. Mas cada um deles ainda sabe bem que sua especialização só tem valor em sua função de conjunto e que toda a ciência se repercute e está envolvida em seu humilde trabalho. Em suma, seu ponto de vista, literalmente, é universal. Por que é diferente com o historiador? Por que ao ponto de vista universal quase sempre se prefere o ponto de vista nacional e, eu diria, de bom grado, o ponto de vista local?

/12/ Observa-se que essa preferência é de data relativamente recente. A Antiguidade, a Idade Média, a Renascença, o século XVIII são exemplos disso. De Heródoto a Voltaire e a Herder, conhecemos uma quantidade de sínteses que se esforçam por representar ou explicar o passado da humanidade em sua totalidade. Pouco importa que o *Discours sur l'histoire universelle* (*Discurso sobre a história universal*) ou o *Essai sur les mœurs* (*Ensaio sobre os costumes*) tenham se inspirado em ideias bem diferentes: sobre o objeto mesmo da história eles estão de acordo. Que o cristão reconheça os desígnios da Providência ou que a filosofia a submeta ao seu racionalismo, eles se consideram tanto um quanto o outro dentro de sua totalidade, ou melhor, dentro de sua unidade. A essa unidade, o romantismo e o nacionalismo do século XIX opuseram a diversidade. Da mesma forma que pressionaram os artistas a pesquisarem as cores locais, orientaram os historiadores ao estudo das características particulares que diferenciam os povos. A história se tornou mais viva, mais pitoresca, mais fascinante do que jamais havia sido. Tornou-se, ao mesmo tempo, mais rica e mais precisa. A crítica das fontes realizou um admirável progresso, esplêndidas descobertas revelaram civilizações desconhecidas, nenhuma manifestação de atividade social foi negligenciada, nem o direito, nem os costumes, nem a economia. É compressível que tenhamos podido dar ao século que acaba de terminar o nome de século da história.

Ainda assim, sua obra grandiosa parece muito mais erudita que científica. Ela é inigualável pela abundância de materiais que foram descobertos e pelo cuidado com que foram organizados. Mas podemos dizer o mesmo das sínteses que ela produziu? Parece que à medida que o campo da história aumentava, aquele da visão histórica ia se estreitando, e se estreitava mais à medida que nos aproximávamos de nosso tempo, reconhecendo-o, à medida que o nacionalismo e o imperialismo se afirmavam mais. É impressionante observar a que ponto o passado nacional atrai e absorve em cada país a atenção dos trabalhadores. E isso, sem dúvida, não é um mal. Mas o mal está no espírito de exclusivismo com o qual se aborda esse passado. Fechamo-nos nele, /13/ não vemos nada além dele e nos rendemos, então, incapazes de compreendê-lo. Na verdade, é

necessário reconhecer que o que mais falta às nossas histórias nacionais, por mais brilhantes que elas possam ser, é a objetividade científica e, digamos a palavra, a imparcialidade. E essa falta de imparcialidade, tomarei o cuidado de dizer que é desejada, mas direi também que é fatal. Os preconceitos de raça, os preconceitos políticos, os preconceitos nacionais são demasiado poderosos sobre o homem para que ele possa escapar a eles, a menos que se mova para fora de seu alcance. Para se libertar deles, é preciso que se eleve a essa altura de onde a história aparece por inteiro na majestade de seu desenvolvimento, as paixões passageiras se acalmam e se apaziguam diante da excelência do espetáculo.⁶ Como chegar a isso se não pelo método comparativo? Somente ele é capaz de fazer o historiador evitar as armadilhas que o cercam, de lhe permitir apreciar em seu justo valor, em seu grau preciso de verdade científica, os fatos que ele estuda. Por ele e somente por ele, a história pode tornar-se uma ciência e se libertar dos ídolos do sentimento. Ele a transformará na medida em que adotará para a história nacional o ponto de vista da história universal. Consequentemente, ela não será somente mais exata, mas também mais humana. O ganho científico acompanhará o ganho moral, e ninguém se queixará se ele inspirar um dia aos povos, mostrando-lhes a solidariedade de seus destinos, um patriotismo mais fraternal, mais consciente e mais puro.

316

⁶ Nota do autor: As ideias expostas aqui não pretendem originalidade alguma. Elas já estavam no ar antes da guerra. Quem observa o movimento geral da literatura histórica constata quantas histórias universais se multiplicaram nos últimos tempos. Algumas delas eram sem dúvida mais gerais que universais e objetivavam mais expor os fatos que explicá-los. Isso não impede que exista uma tendência a uma concepção histórica mais científica. É essa tendência que preside a elaboração da grande obra publicada em 1920 sob a direção de M. H. Berr: *L'évolution de l'humanité*. Nota das tradutoras: *L'évolution de l'humanité* trata-se de uma coleção de trabalhos monográficos sobre a história de diversos períodos publicados por Henri Berr a partir de 1920 e que alcançou a produção de cem volumes.